

**Insistências traumáticas e memória corporal:  
*uma leitura ferencziana***

---

Rappels traumatiques et la mémoire du corps:  
un lecture ferenczienne

**Fernanda PACHECO-FERREIRA\***

**Renata MELLO**

**Regina HERZOG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)/BRASIL

**RESUMO**

Neste artigo, apresentamos as diferenças no estatuto da memória diante da afecção neurótica e da afecção narcísica, dando especial relevo à abordagem clínica desta última. Recorremos às formulações de Freud, presentes na *Carta 52*, a respeito da impossibilidade de inscrição de certas vivências, para aproximá-las do mecanismo da clivagem, resultante do trauma. Para tanto, lançamos mão da concepção ferencziana de trauma, em especial de sua ideia de memória corporal, articulando-a com o trabalho de simbolização primária, proposto por Roussillon. Por fim, ressaltamos a importância do trabalho de construção e de figurabilidade como formas de inserção dessas vivências em uma temporalidade e narratividade.

\*Sobre as autoras ver página 128.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trauma. Memória. Clivagem. Construção. Figurabilidade.

### **RÉSUMÉ**

*Dans cet article, nous présentons les différences de statut de la mémoire devant les troubles névrotiques et les désordres narcissiques, avec un accent particulier sur l'approche clinique de ces derniers. Nous recourons à des formulations de Freud, présentes dans la Lettre 52, sur l'impossibilité de l'enregistrement de certaines expériences, afin de les rapprocher du mécanisme de clivage résultant d'un traumatisme. Pour ce faire, nous nous servons de la conceptualisation ferenczienne du traumatisme, en particulier son idée d'une mémoire du corps, le reliant au travail de symbolisation primaire, proposé par Roussillon. Enfin, nous soulignons l'importance des travaux de construction et de figurabilité comme des moyens pour insérer ces expériences dans une temporalité et une narrativité.*

**MOTS-CLÉS:** Trauma. Mémoire. Clivage. Construction. Figurabilité.

## **1 Considerações iniciais**

O papel da memória, em especial o efeito terapêutico de sua recuperação, ocupou um lugar central nos primórdios da psicanálise, quando o principal objetivo na clínica era levantar o recalçamento e tornar consciente o material inconsciente. O aparelho psíquico da primeira tópica, como sabemos, foi concebido como um aparelho de memória e linguagem, mas poucos analistas depois de Freud se dedicaram de forma mais global a tematizar a memória. A despeito da falta de trabalhos psicanalíticos especificamente dedicados à memória, esta problemática, em especial no que concerne aos modos de rememoração e de revivescência, é, mesmo que implicitamente, cada vez mais presente na psicanálise contemporânea. Neste artigo, discutimos as diferenças no estatuto da memória diante da afecção neurótica e da afecção narcísica, dando especial relevo à abordagem clínica desta última.

## **2 Trauma e memória em Freud**

A formulação mais marcante de Freud com respeito ao aparelho psíquico é a ideia de que consciência e memória se excluem mutuamente.

O que caracteriza a radicalidade da ideia de memória para a psicanálise é o fato de, na concepção freudiana, a memória ser constituída de reminiscências ativas que se impõem ao sujeito, lhe exigindo um trabalho de atualização. De acordo com Gori (2003, p. 101), “o sujeito se recorda (*s'en rappelle*), mas sem se lembrar (*s'en souvenir*)”, isto é, a recordação se impõe à sua revelia, infiltrando os capítulos esquecidos de sua história em seus sonhos, movimentos transferenciais e sintomas. Neste sentido, a memória corresponde ao que foi esquecido, ou melhor, ao que jamais foi consciente e se inscreveu como traço mnésico. Este fundo mnésico originário, formado de impressões, marcas, reminiscências, Gori (2003) propõe chamar “micélio traumático da memória”. Exiladas da consciência, tais impressões, marcas de traumatismos precoces, reclamam uma representação e uma figuração. Desse modo, lembrar-se é uma traição à memória nos dois sentidos do termo, pois manifesta ao mesmo tempo em que deforma o traço mnésico. Esquecer não corresponderia, portanto, a um mau funcionamento da lembrança, ao contrário, constitui sua própria condição. “O esquecimento é então uma forma de se recordar (*se rappeler*), de se recordar de uma questão deixada pendente, da qual não temos a lembrança” (GORI, 2003, p. 104).

Na famosa *Carta 52* (FREUD, [1896] 1996), Freud descreve a *Fliess* suas ideias acerca do funcionamento psíquico, em especial no que tange à inscrição da memória. Freud concebe o aparato psíquico como composto por camadas estratificadas de modo que, de tempos em tempos, tais inscrições sofrem um rearranjo de acordo com as circunstâncias da vida do sujeito, implicando uma retranscrição contínua. Não vamos, no âmbito deste artigo, retomar em detalhe os três registros sucessivos das experiências apresentadas por Freud nesta carta, a saber: o signo de percepção como o primeiro registro das percepções, incapaz de se tornar consciente e disposto conforme associações por simultaneidade; os traços inconscientes tomados em relação de causalidade, passíveis de conscientização; os traços pré-conscientes ligados às representações verbais. Nosso objetivo é tão somente frisar que nesta concepção acerca da memória, como sua inscrição não se dá de forma única, mas se desdobra no tempo, sofrendo traduções e se inserindo em uma cadeia

de associações, ao final, ela guarda muito pouco do evento original. Em outras palavras, a memória se constrói no *a posteriori*.

Como se sabe, em Freud, com relação ao modelo da histeria, a simbolização é tomada como um processo inato e universal, tal como observado nos sonhos, sendo uma característica inerente ao aparelho psíquico a de possuir propriedades transformadoras. No início da psicanálise, segundo a célebre formulação de que *as histéricas sofrem de reminiscências*, o tratamento visava à rememoração por meio da transformação das reminiscências em lembranças, tornando, assim, o material recalçado consciente. A interpretação psicanalítica permitiria, *a posteriori*, o deciframento do que estava sendo dito de modo velado através das diversas formações do inconsciente (sonhos, atos falhos, chistes, livre associação etc.). Neste modelo, o processo de sucessivas traduções da memória pode ser tomado como um trabalho de elaboração psíquica, em que a interpretação do analista vem sempre relançar o sentido de uma interpretação anterior.

Retomando o modelo da *Carta 52*, para um determinado estímulo chegar à consciência é necessário que percorra os registros citados mais acima, isto é, da percepção até as representações verbais. Dito de outro modo, “considera-se que para que aconteça a inscrição é necessário um ‘trabalho’ psíquico, que é o trabalho da ligação das excitações corporais, podendo assim as impressões serem inscritas no universo da representação” (KNOBLOCK, 1998, p. 40). Neste percurso, cada transcrição ordena o material psíquico de acordo com sua lógica, garantindo seu acesso à consciência, caso gere prazer, ou interrompendo a tradução, caso provoque desprazer. A reinscrição é passível, portanto, de fracassar, fazendo com que certos traços permaneçam conservados em seu estado original. Freud ([1896] 1996) nomeia estas intercorrências no ordenamento dos sistemas mnêmicos de *fueros*<sup>1</sup>. Desta perspectiva, estando o aparelho sob o domínio do princípio de prazer, as falhas na tradução são consequência do processo de recalçamento. Ao proceder assim, Freud se refere ao desprazer envolvido propriamente pelo

<sup>1</sup> O termo *fueros* faz referência a uma antiga lei espanhola que vigorava em determinada cidade ou província conquistada para garantir os privilégios perpétuos da região (FREUD, [1896] 1996).

redespertar de determinadas lembranças, o que nos faz situar essas falhas na passagem do traço inconsciente para o traço pré-consciente ou, em outros termos, na articulação entre a representação palavra e a representação coisa.

Com a virada de 1920 e a introdução da ideia de compulsão à repetição além do princípio de prazer, Freud vai se preocupar com experiências produtoras de reminiscências que tendem mais a se atualizar, isto é, se apresentando mais do que se representando, não tendo tido sequer a possibilidade de inscrição sob a forma de lembranças. Diferentemente da repetição simbólica dos sintomas neuróticos, a compulsão à repetição das neuroses traumáticas apontava para uma impossibilidade de representação. Neste sentido, levando em conta os três registros – signo de percepção, traço inconsciente e traço pré-consciente – podemos inferir também a existência de *fueros* na passagem do signo de percepção para o traço inconsciente e não apenas *fueros* na transcrição do traço inconsciente para o traço pré-consciente. É interessante conceber, portanto, a coexistência de dois tipos de *fueros*, o recalque, como já fora denominado por Freud, e a clivagem justificada pela impossibilidade de o signo de percepção convergir para a representação coisa (MELLO, 2012).

A observação de Freud sobre os *fueros* sugere que sua insistência resulta do fato de tais experiências não terem sido reinterpretadas *a posteriori*, de acordo com o modelo habitual da integração das experiências psíquicas. Isso implica pensar que elas conservam, ao menos em parte, suas características iniciais. De acordo com Roussillon (2012), “é justamente esta característica que testemunha a dificuldade de sua não integração subjetiva e, ao mesmo tempo, a dificuldade de sua integração atual: ela representa uma forma de arcaicidade que parece estrangeira à subjetividade adulta ou simplesmente posterior” (p. 37).

A teoria do trauma pós anos 20 indica que a experiência subjetiva traumática tende a se apresentar continuamente, de forma quase alucinatoria e com uma fidelidade indesejável, já que se trata de uma experiência desprazerosa. A distinção entre representação (*Vorstellung*) e presentificação (*Darstellung*) se mostra aqui fundamental, pois possibilita

distinguir uma linguagem verbal e uma linguagem do sensível (HERZOG, 2011). Levando isso em consideração, Hanns (1996) destaca que a principal conotação presente em *Darstellung* diz respeito à exposição em uma forma sensorial ou imagem sensório-motora; já a acepção da *Vorstellung* refere-se especificamente àquilo que está em lugar de algo, o representante, por assim dizer. A esse propósito, cabe chamar a atenção tanto para a dimensão sensorial e perceptiva da primeira inscrição, designada como signo de percepção, quanto para o caráter representativo dos traços mnêmicos. Todavia, é importante enfatizar que não se trata de estabelecer um antagonismo entre esses dois registros, muito pelo contrário, depreendemos um desdobramento em continuidade. Com a finalidade de depurar a distinção entre eles, podemos remeter o signo de percepção à presentificação (*Darstellung*), e os traços inconscientes e conscientes, à representação (*Vorstellung*).

Interessa-nos aqui marcar justamente o caráter arredo e inassimilável do acontecimento situado além do princípio de prazer, avesso a qualquer combinação psíquica e forma simbólica. Ora, com efeito, como representar algo que ultrapassa propriamente a capacidade de representar? Nesta perspectiva, parece-nos premente conceber dois processos de simbolização, um primário e um secundário (ROUSSILLON, 1999), com base na transformação das experiências psíquicas por meio dos diferentes níveis de ligação simbólica. Tais níveis comportam uma relação de derivação e coexistência, mas não de oposição, tendo em vista que a realidade psíquica não é apreendida de imediato, nem de maneira uniforme. Nessa direção, dialoguemos com algumas reflexões em jogo no contexto de 1900 e após 1920, para nos referirmos à simbolização secundária e simbolização primária respectivamente. A partir desses contextos, podemos tomar o modelo apresentado em *A interpretação dos sonhos* (FREUD, [1900] 1996), baseado na regulação do aparelho psíquico pelo princípio de prazer e, a partir da virada dos anos 20, o modelo indicado pela compulsão à repetição desprazerosa, como dois organizadores do psiquismo. De um lado, a especificidade da realidade psíquica compõe-se de representações de desejo recalçadas, de outro, implica a existência de excessos pulsionais não representados. Tal

distinção remete consecutivamente ao que Roussillon (1999) descreve como *traumatismo secundário*, cujo processo se desenrola sob a égide do princípio de prazer, e *traumatismo primário*, o qual se desdobra em um universo aquém da representação.

Nesta perspectiva, podemos prosseguir apresentando as duas modalidades de simbolização: simbolização primária e simbolização secundária entrelaçando-as aos três registros descritos na *Carta 52*, tal como nos propõe Roussillon (1995). Assim, vamos nomear *simbolização primária* o processo pelo qual o signo de percepção (traço mnêmico primário) é transformado em traço inconsciente e *simbolização secundária* o processo pelo qual o traço inconsciente transforma-se em traço consciente, sendo passível de tradução no aparelho de linguagem verbal. Dizendo de outra maneira, a simbolização primária equivale à ligação do signo de percepção à representação coisa, enquanto a simbolização secundária vincula a representação coisa à representação palavra. Cabe acrescentar que, enquanto a representação palavra contempla uma convenção, a representação coisa comporta um caráter mais idiossincrático. Com isso, a passagem de uma para a outra implica em uma subjetivação da *matéria-prima* da experiência psíquica, expressão utilizada por Freud ([1900] 1996) ao se referir ao ponto último de regressão nos sonhos.

A partir das questões levantadas, depreende-se que a representação pode ser concebida como um desdobramento da presentificação. É importante sublinhar que a transcrição dos signos de percepção para o registro seguinte dos traços mnêmicos é tida como certa até o contexto de 1900, de modo que a problemática teórico-clínica recai sobre as condições de possibilidade da comunicação entre os traços inconscientes e traços pré-conscientes. Nessas circunstâncias, a simbolização diz respeito às ligações apenas de natureza representativa. Todavia, a virada dos anos 1920 põe em evidência o fato de os traços mnêmicos representativos não serem inscritos de saída, exigindo um trabalho psíquico de ligação primária dos signos de percepção. Assim sendo, torna-se evidente a ausência de garantias quanto ao cumprimento de todo o percurso transcritivo, ocorrendo eventualmente falhas de tradução no nível perceptivo, além das abarcadas pelo recalque.

Com a introdução de um além do princípio de prazer, portanto, o analista precisará atenuar a importância do papel da fantasia e retomar algo da realidade histórica singular daquele sujeito e da qualidade de suas relações objetais precoces. Neste contexto, a ideia de uma vivência conservada e congelada em suas características originais, ligada ao mecanismo da clivagem e à noção de trauma, nos faz relativizar a importância dada à noção de *a posteriori* e nos obriga a pensar mais detidamente sobre as formas de retorno desses traços.

Se progressivamente os desenvolvimentos da primeira tópica contribuíram para atenuar o lugar da história singular, da memória e de suas formas, os da ‘segunda tópica’, a qual eu penso que se trata de uma verdadeira ‘segunda metapsicologia’, vão, ao contrário, dar todo sentido ao trabalho de historicização, ou melhor, vão estendê-lo (ROUSSILLON, 2003, p. 129).

Os pacientes não neuróticos, em especial aqueles que denominamos pacientes narcísicos<sup>2</sup>, carecem justamente desse trabalho de integração subjetiva. A esse propósito, Roussillon (2012) chama a atenção para o fracasso da reflexividade, isto é, da capacidade do sujeito perceber suas representações, reconhecendo uma experiência vivida como fazendo parte do passado. Afinal, a perspectiva temporal da história subjetiva é fundamental para conferir ao sujeito um sentimento de unidade e continuidade de existência.

[A integração subjetiva] passa então por colocar em trabalho (*mise en oeuvre*) uma forma de reflexividade psíquica, uma forma de ‘simbolização do simbolizar’ de ‘representação do representar’. De certa maneira, a experiência não subjetiva não integrada se apresenta como uma experiência não experimentada como própria, como um sentido não sentido (ROUSSILLON, 2012, p. 37-8).

---

<sup>2</sup>Cf. Verztman et al (2012). Trata-se de patologias cuja qualidade de sofrimento remete ao terreno da constituição de si. Apesar de distantes do universo psicótico, fogem do paradigma neurótico clássico em vários aspectos: não se organizam sob a hegemonia do recalque, a experiência de si é distinta do modelo narcísico clássico construído em torno da assertiva “sua majestade o bebê”, o desejo inconsciente não está solidificado em torno das fantasias e da estruturação edípica, o vínculo transferencial não ocorre sob o modo da “neurose de transferência” ou da “suposição de saber”, entre inúmeros outros fatores.

### **3 Clivagem e memória corporal em Ferenczi**

Como se sabe, grosso modo, após o abandono da teoria da sedução e da lógica do trauma em dois tempos, Freud concedeu privilégio à realidade psíquica e, conseqüentemente, à fantasia, como principal agente na etiologia traumática. Em todo esse período que vai até 1920, o que se observa é o trauma como resultado do conflito entre as pulsões sexuais e o Eu. Com a virada de 1920 e a ideia de trauma por efração do para-excitação, o fator econômico ganha destaque, e a etiologia traumática se desloca da esfera da sexualidade para a do Eu. Com a saída de cena do princípio de prazer, a compulsão à repetição se instala na busca de neutralizar a ação devastadora do excesso de energia mediante a ligação com representações o que, caso falhe, acarreta danos narcísicos consideráveis.

A concepção ferencziana de trauma, por sua vez, desloca a ênfase na descrição dos aspectos intrapsíquicos na traumatogênese para os aspectos intersubjetivos, dando especial relevo ao papel do ambiente. Neste sentido, o trauma passa a ser resultado de graves falhas nas relações primárias com o outro. Não vamos retomar aqui a tão conhecida vinheta clínica apresentada em seu texto seminal de 1933, “Confusão de língua entre os adultos e a criança”, apenas destacar que as falhas mencionadas se referem à função do adulto como suporte mediador entre a criança e o mundo, pondo em risco o processo identificatório do sujeito. Segundo Ferenczi, era o desmentido, e não a linguagem da paixão em si, o principal fator traumático, sendo, portanto, essencial que a situação analítica não reproduzisse a cena traumática ao reafirmar a negação do fato. Como afirma Verztman (2002), pode-se dizer que o elemento central da teoria da traumatogênese ferencziana não seria a linguagem da paixão, mas sim a linguagem da indiferença. Ou seja, o trauma só se instala realmente porque as instâncias de mediação entre os dois jogos de linguagem, a linguagem da ternura e a linguagem da paixão, falharam.

Uma das principais conseqüências do trauma é a clivagem, mecanismo por meio do qual o sujeito se retira da experiência traumática

primária e cinde sua subjetividade. Assegurando uma sobrevivência paradoxal, ele se descentra de si mesmo e se distancia de sua vida subjetiva. Desconectado daqueles afetos que dão sentido à existência e ao trauma, o sujeito vivencia um estranhamento extremo ao reconhecer que alguns sentimentos e sensações lhe dizem respeito. A título de ilustração, é interessante pensar nas queixas dos pacientes narcísicos, as quais não demonstram conflito psíquico, mas se reportam justamente a um mal-estar difuso, uma impressão de vazio e estranheza. Segundo Ferenczi ([1930-1932] 1992, p. 241), “o ego abandona total ou parcialmente o corpo, a maior parte das vezes através da cabeça, e observa desde o exterior ou do alto o destino posterior do corpo, sobretudo os seus sofrimentos.”

A nosso ver, Winnicott se encontra muito próximo da sensibilidade ferencziana a respeito do trauma. Quando trabalha sobre o tema do medo do colapso, acha mais apropriado pensar “não em traumas, mas em nada acontecendo<sup>3</sup> quando algo poderia proveitosamente ter acontecido” (WINNICOTT, 1963, p. 75), entrando processos primários de simbolização. Para este autor, o trauma também resulta em clivagem, como testemunham as patologias do falso *self*, por exemplo. A especificidade dessa defesa, assinala Roussillon (1999), é que o eu se cliva de uma experiência ao mesmo tempo experimentada e não constituída como experiência do eu.

De um lado, a experiência foi ‘vívda’ e, portanto deixou ‘traços mnêmicos’ de sua experimentação e ao mesmo tempo, de outro lado, não foi vívida e apropriada como tal na medida em que, como diz Winnicott, ela não foi posta ‘no presente do eu’, o que suporia que ela foi representada (ROUSSILLON, 1999, p. 20).

Já que sua natureza é não simbólica, a forma de retorno do clivado será, justamente, um retorno em ato. Ao invés de evocar seu sofrimento por meio de palavras, o sujeito só consegue mostrar sua

---

<sup>3</sup> Todavia, segundo André (1999), no que diz respeito à experiência psíquica do lactente, quer se trate de uma falha inaugural, um ‘a menos’, quer se trate de uma excitação excessiva por parte do objeto, um ‘a mais’, esta experiência é sempre vívida como *invasão*. Diz ele: “No fundo, nunca há carência para o lactente; para este, sempre é demais, sempre traumático. A carência é um ponto de vista do observador. Aquilo que para este último é falta, carência, para o bebê é intrusão, arrombamento (dos limites do eu)” (p. 78-79).

dor ao analista. Segundo Knobloch (1998, p. 67), “o ato nos faz entrar, rapidamente, num mundo completamente heterogêneo à representação.” A respeito da clivagem, portanto, o que se destaca é a não integração de uma experiência psíquica, que vigora por meio dos vestígios traumáticos de ordem sensório-motor perceptível. Nessas condições, o vivido subjetivo conserva um caráter vivo e atual, na contramão do reordenamento e recombinação psíquicos, dificultando o giro da roda do tempo.

De acordo com Reis (2004), tais vivências traumáticas sobrevivem como registro de impressões sensíveis, como um estrato de memória análogo aos signos de percepção, isto é, não suscetíveis de se tornarem conscientes. Quando retornam, pois o clivado também tende a retornar, manifestam-se de forma inalterada, com a mesma intensidade e potencial traumático original, por não terem passado pelas sucessivas retranscrições sugeridas por Freud na *Carta 52*. Nas palavras da autora, criam espaços de *mise-en-act* no corpo, e não de *mise-en-scène* psíquica. Tal visada torna-se fundamental para a apreciação da via de insistência das experiências traumáticas clivadas. Tais insistências configuram-se como uma ameaça à integridade narcísica, informando o psiquismo acerca da sua história não subjetivada.

Dessa perspectiva, o psiquismo não pode atribuir um sentido ao excesso traumático. Ademais, o sofrimento psíquico não se torna reconhecido facilmente, posto a ausência de referentes. A questão aqui reside na impossibilidade de o traumático ser observado em sua materialidade, engendrando a sensação de uma dor sem razão, tornando mais árdua a tarefa pela busca de um sentido. No bojo dessas observações, entendemos que, por um lado, a clivagem conserva o *status quo* traumático mediante a sua não integração ao campo restante do psiquismo; por outro, permite a continuidade do traçado psíquico. Tal recurso denota a coexistência de dinamismos distintos no psiquismo, isto é, a presença de uma montagem psíquica inconsciente com base tanto no recalçamento quanto na clivagem. Porém, “enquanto no recalçamento perde-se a memória de um primeiro tempo, que será significado como sintoma em

um segundo tempo sobrecarregado de sentido; na clivagem traumática, os dois momentos não se dão em continuidade, são o mesmo, um não empresta sentido ao outro, porque ambos escapam ao sentido” (REIS, 2004, p. 70).

Na clínica, Ferenczi foi pioneiro em privilegiar qualquer material apresentado por seus pacientes durante a sessão, inclusive expressões afetivas não verbais como manifestações lúdicas, movimentos do corpo, expressões faciais, choro, silêncio, tiques etc. Tais manifestações corporais, relativas a memórias pré-verbais resistentes à representação, devem ser discriminadas das conversões históricas, que, apesar de se apresentarem no corpo, são de natureza simbólica. Suas inovações técnicas, muitas delas malsucedidas, é verdade, são o testemunho de que, nos casos de estagnação do processo terapêutico, o analista deveria buscar acessar um conteúdo emocional, oriundo de experiências não verbais, e incitar o paciente a colocá-lo em ação, para depois vir a ser posto em palavras. Era como se o paciente devesse aprender com o analista a se expressar plenamente pela primeira vez. Ferenczi ([1930-1932] 1992) estava convicto de que “não se justifica exigir da análise a *rememoração consciente* de algo que nunca foi consciente. Só é possível *reviver* alguma coisa, com uma objetivação *a posteriori*, pela primeira vez, *na análise*” (p. 268, grifos do autor). É preciso reviver a dor na presença do analista para ela vir a ser eventualmente reconhecida como pertencente ao passado, podendo, finalmente, fazer parte da história de vida do sujeito.

Segundo Gondar (2010), os processos de simbolização na concepção ferencizana não se baseiam prioritariamente na linguagem ou na capacidade de representar, mas na possibilidade de estabelecer semelhanças no plano da sensorialidade. Nas suas palavras: “Em Ferenczi o sentido não se produz a partir da relação entre significantes, mas sim a partir de relações pautadas na dimensão sensível: vai-se do sensível para o sentido, e não do significante para o sentido” (p. 126). Ainda segundo a autora, nas vivências traumáticas a distância entre palavras e coisas diminui, e as palavras são “sentidas” em sua literalidade, isto é, expressam mais do que significam, presentificam mais do que

representam. Neste sentido, Gondar considera que a palavra sensória não é uma palavra deficitária, mas uma palavra intensa e expressiva, o que nos permite afirmar que o corpo também se apresenta como palco para acontecimentos subjetivantes. Nesta medida, a palavra literal “não se presta à interpretação ou, ao menos, à interpretação psicanalítica padrão” (GONDAR, 2010, p. 130). Diversamente da interpretação tradicional que “supõe que o paciente quer dizer outra coisa além daquilo que diz” (p. 130) e que remete à lógica do recalçamento, na literalidade, salienta a autora, é de clivagem psíquica que se está falando. Esta exige do analista uma postura diferente. Trata-se, acompanhando Ferenczi, de uma atitude que comporte a “sinceridade, confiança, crença nas experiências reais relatadas pelos pacientes” (p. 131).

Levar em conta uma memória corporal, no sentido de experiências impressas no corpo e anteriores às vias tomadas pela representação, nos parece fundamental para pensarmos alternativas de intervenção clínica nestes casos.

#### 4 Considerações finais

Avançando com o desenvolvimento da distinção entre o contexto de 1900 e após 1920, podemos conceber um modo de retorno dos traumas sob a égide do princípio de prazer e outro referido ao além do princípio de prazer, dependendo, por sua vez, da forma de registro das experiências no psiquismo. Vale reafirmar que não pretendemos com isso estabelecer um “ou isto ou aquilo” no psiquismo, mas, sim, depurar as operações mentais em jogo na dinâmica clivada. Deste modo, é graças ao reinvestimento alucinatório no registro mnêmico que se obtém uma vivência análoga à experimentação original. Por essa via de reflexão, entendemos que se o registro é de natureza representativa, a sua insistência – retorno do recalçado – se fará via representação, *mutatis mutandis*, se o registro é de natureza perceptiva, a sua insistência – retorno do clivado – se fará via percepções. Nesse sentido, o conteúdo traumático se repete necessariamente com o colorido reminescente.

Cabe lembrar que a alucinação consiste no modo de insistência da lembrança, o que significa que a reatualização da lembrança encontra-se intrinsecamente relacionada ao formato dos vestígios passados que serão reinvestidos. Desse modo, considerando o caráter alucinatório dos processos psíquicos, podemos entrever um retorno alucinatório através das representações, mas, também, pelas vivências sensoriais, cinestésicas, visuais, auditivas. Nesse sentido, o fator de convicção de uma história subjetiva poderia advir tanto dos símbolos representativos quanto do plano sensorio-motor perceptivo. Marca-se aí uma diferença entre as maneiras pelas quais se pode sofrer de reminiscências, dando expressão a uma memória de natureza representativa e/ou a uma memória de natureza sensível. Em relação a esta última, Botella (2006) refere-se como “memória sem lembranças”, pois, em relação às experiências não representadas, se tornaria inviável o registro por traços mnêmicos representativos. De acordo com suas proposições, tratar-se-ia de marcas memoriais dos traumas não revividas por recordações, mas, precisamente, através do material perceptivo. Certamente, a ausência de conteúdo representado não quer dizer ausência de acontecimento psíquico (BOTELLA; BOTELLA, 1992).

Para Botella e Botella, as observações de Freud em *Construções em Análise* ([1937] 1996) acerca de o retorno do passado por vezes se dar de forma ultraclara, isto é, de um modo quase alucinatório, e não como lembrança representada, via habitual da rememoração, é um eixo fundamental para o desenvolvimento do que denominaram de trabalho de figurabilidade. A figurabilidade é um modo específico de percepção interna que decorre de um movimento “regrediente” do analista na busca de representar o estado psíquico do paciente. De acordo com os autores, é a figurabilidade do analista que permite o acesso ao estado de memória sem lembranças do paciente. Tal movimento regrediente pode ser aproximado da noção de tato psicológico, preconizada por Ferenczi, em 1928, no âmbito de suas reflexões a respeito da necessidade de uma maior elasticidade da técnica psicanalítica diante dos chamados casos difíceis. O tato psicológico consiste na capacidade de o analista perceber quando uma comunicação ou reação é oportuna, isto é, na sua capacidade de colocar-se no mesmo diapasão do paciente.

Retomando a tese ferencziana sobre o trauma, este movimento do analista, a nosso ver, é o que lhe permite ocupar a função de um terceiro capaz de, paradoxalmente, testemunhar o próprio advento do sujeito. O trabalho a ser feito aí não é o de trazer para a consciência um material inconsciente, via interpretação verbal, mas um trabalho de apropriação subjetiva e de integração. Para que isto ocorra, tais impressões que se apresentam de forma quase alucinatória, vindas de fora e apartadas da experiência pessoal do sujeito, precisam se organizar como um evento ao qual se pode atribuir um sentido e uma inscrição temporal. Tal como Winnicott sugeriu sobre as experiências de medo do colapso, esses pacientes têm assim a possibilidade de experimentar pela primeira vez o surgimento de um passado que, embora estivesse ali, não se apresentava como um passado pessoal.

O trabalho com estes pacientes, portanto, não visa à reconstrução de um passado vivido, recalcado e esquecido, mas a construção do que não pôde ser representado, ou, mais precisamente, do que não pôde ser inscrito e apropriado pelo sujeito.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, J. O objeto único. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v.15, n.18, p.67-85, 1999.
- BOTELLA, C. Trauma e rememoração, realidade e/ou convicção. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 127-140, 2006.
- BOTELLA, C.; BOTELLA, S. La posición metapsicológica de la percepción y lo irrepresentable. **Revista de Psicoanálisis**, Buenos Aires, v. 49, b. 3/4, 1992.
- FERENCZI, S. Notas e fragmentos: da construção analítica dos mecanismos psíquicos. In: \_\_\_\_\_. **Sándor Ferenczi: obras completas, Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 235-284. Edição original: 1930-1932.

FREUD, S. Carta 52. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. I.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 281-287. Edição original: 1986.

FREUD, S. A Interpretação dos sonhos. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IV e V.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 541-646. Edição original: 1900.

FREUD, S. Construções em análise. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXIII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 275-287. Edição original: 1937.

GONDAR, J. As coisas nas palavras: Ferenczi e a linguagem. **Caderno de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 23, p. 123-132, 2010.

GORI, R. La mémoire freudienne: se rappeler sans se souvenir. **Cliniques méditerranéennes**, v.1 n. 67, p. 100-108, 2003.

HANNS, L. A. **Dicionário comentado do alemão de Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HERZOG, R. Os limites da representação psíquica. In: CARDOSO, M. R.; GARCIA, C. (Org). **Os limites da clínica – Clínica dos limites.** Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2011. p. 77-91.

KNOBLOCK, F. **O tempo do traumático.** São Paulo: Educ/Fapesp, 1998.

MELLO, R. **A problemática da clivagem: aspectos teóricos e clínicos.** Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

REIS, E. S. Corpo e memória traumática. **Texto apresentado no I Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e VII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental.** Rio de Janeiro, 2004.

ROUSSILLON, R. La métapsychologie des processus et la transitionalité. **Revue Française de Psychanalyse**, v. 5, n. 59, p. 1351 a 1522, 1995.

ROUSSILLON, R. **Agonie, clivage et symbolisation.** Paris: PUF, 1999.

ROUSSILLON, R. Historicité et mémoire subjective. La troisième trace. **Cliniques Méditerranéennes**, v.1, n. 67, p. 127-144, 2003.

ROUSSILLON, R. On souffre du non approprié de l'histoire: on guérit en l'intégrant. **Le Carnet Psy**, v. 9, n. 167, p. 36-41, 2012.

VERZTMAN, J. O observador do mundo: a noção de clivagem em Ferenczi. **Ágora**, Rio de Janeiro, v.5 n. 1, p. 59-78, jan/jun, 2002.

VERZTMAN, J. et al. **Sofrimentos narcísicos**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012.

WINNICOTT, D. W. O medo do colapso (Breakdown). In: WINNICOTT, C., SHEPHERD, R.; DAVIS, M. (Org.). **Explorações psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2005. Edição original: 1963.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, S. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 163-171. Edição original: 1914.

FREUD, S. Além do princípio de prazer. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 12-75. Edição original: 1920.

HERZOG, R.; PACHECO-FERREIRA, F. A posição do analista frente aos sofrimentos narcísicos-identitários. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 31, p. 79-104, 2012.

MALDONADO, G., CARDOSO, M. R. O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 45-57, 2009.

MORENO, M. M. A.; COELHO Jr., N. E. Trauma: o avesso da memória. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 47-61, jan/jun 2012.

PRESS, J. L'inoubliable, limite de l'analysable. In: ABELLA, A. MANZANO, J. **La construction en psychanalyse: récupérer le passé ou le réinventer?** Paris: PUF, 2011, p. 171-193.

ROUSSILLON, R. Propositions pour une théorie des dispositifs thérapeutiques à mediations. **Le Carnet PSY**, v. 1, n. 141, p. 28-31, 2010.

*Recebido em abril de 2013.*

*Aprovado em maio de 2013.*

## **SOBRE AS AUTORAS**

**FERNANDA PACHECO-FERREIRA** é psicanalista; pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ (PRODOC/CAPES); pesquisadora do NEPECC-UFRJ. E-mail: fpachecoferreira@gmail.com

**RENATA MELLO** é psicanalista; doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ; pesquisadora do NEPECC-UFRJ. E-mail: renatamello@gmail.com

**REGINA HERZOG** é psicanalista; professora associada do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ; coordenadora do Projeto PRODOC/CAPES; bolsista de produtividade em pesquisa CNPq; coordenadora do NEPECC-UFRJ. E-mail: rherzog@globo.com